

Almeida, Maria Antónia Pires de (2002), “Carvoeiro”, Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, pp. 300-301. ISBN: 972-774-133-9.

Carvoeiro.

Grupo: Outros.

Até meados do século XX em Portugal, o Carvão foi um dos combustíveis de maior importância, tanto para uso doméstico como industrial. Nos domicílios em meio rural, onde a electricidade demorou mais tempo a chegar do que nas cidades, o carvão era usado para aquecimento e para a cozinha, como complemento da lenha, enquanto as velas de sebo ou de cera, o petróleo e o azeite eram usados para a iluminação. O desenvolvimento de alguma indústria na segunda metade do século XVIII levou a um aumento das necessidades de carvão, que foi largamente utilizado até pelo menos meados do século XX. Este combustível existe na natureza: em Portugal encontram-se jazigos de lignite em Rio Maior e no Cabo Mondego e de hulha no Buçaco. No entanto, nada disto é comparável às grandes minas existentes no Reino Unido e em várias regiões da Europa. Para suprir as necessidades deste combustível, em Portugal intensificou-se o fabrico de carvão de madeira, produzido a partir de lenha.

O carvão era também um dos factores de auto-sustentação da lavoura, pois alimentava as máquinas agrícolas, principalmente as debulhadoras fixas, que funcionavam a vapor. Ao utilizar este combustível, originário da própria lavoura, e mão-de-obra paga com produtos também da lavoura (*comedorias*, ver **Criado da Lavoura***), o uso destas máquinas ficava com custos que praticamente se limitavam ao investimento inicial.

O *Carvoeiro*, aquele que faz, transporta, ou vende carvão, surge nas fontes consultadas desde os finais do século XVII a sul de Portugal. Está presente nos Livros de Décimas de Montemor-o-Novo e de Avis desde 1699 até 1836, no termo da vila; nos Registos Paroquiais em 1835; nos Recenseamentos Eleitorais em 1880; e nos Doentes da Misericórdia entre 1848 e 1943, com as grafias *carvoeiro*, *carvueiro* e *cravoeiro*.

Em Lisboa existe a figura do carvoeiro como vendedor de carvão ao domicílio no século XVIII (Museu da Cidade). Esta vertente da distribuição e venda manteve-se até ao século XX, tanto em meio urbano como rural.

No Alentejo e no Ribatejo, o Carvoeiro era o trabalhador que cozia a lenha em grandes fornos feitos da própria lenha, instalados no meio das herdades, sobretudo nos montados de azinho. Podia ser um criado da lavoura a fazer um serviço temporário; contudo, mais frequentemente era um negociante independente que lhe comprava a lenha na árvore ou já depois de apanhada e se estabelecia nas suas terras temporariamente até acabar a tarefa e transportar e vender todo o carvão. Silva Picão descreve este processo de fabrico do carvão (Elvas, 1903). De facto, nos livros das casas agrícolas estudados, o carvoeiro não aparece como empregado da casa. No entanto, essas mesmas fontes revelam que a lenha e o carvão estão presentes em grandes quantidades como um dos principais produtos da Lavoura Alentejana. Eram depois transportados por tracção animal e por caminho-de-ferro para abastecimento dos grandes centros urbanos e da indústria.

O carvoeiro levava consigo um rancho de trabalhadores eventuais a quem pagava a tarefa. Saramago descreve as atribuições de um rancho de trabalhadores de empreitada “a fazer carvoaria para as bandas do Infantado”. Este mesmo autor refere também “o trabalho destas artes do fogo, e as palavras cabíveis de chacotar a lenha, rechegar e enformar, terrear e empoar, (...) ensacar e carregar...” (Saramago, 1980). Orlando Ribeiro (1968), ao descrever o Latifúndio, também refere o trabalho dos carvoeiros nos finais do século XIX, que incluía o corte de lenha, estando sujeitos aos maiores perigos: “Os carvoeiros derrubavam aqui e além e, no espesso matagal, acoitavam-se ciganos e bandidos, que assaltavam os viajantes desprevenidos.”

Contudo, apesar do importante papel de limpar os montados e fornecer o combustível para as cidades, o interesse pelo lucro imediato foi muitas vezes prejudicial ao equilíbrio florestal devido aos excessos cometidos. Entre outros autores, Joaquim José Varela, na sua *Memória Estatística* de Montemor-o-Novo (1814) aponta este problema grave: “As carvoarias, arte que o inverno inventou, tem sido o mimo de muitos proprietários, que destruirão em hum só dia as arvores de muitos seculos, pelo sordido interesse de poucos momentos.”. Apesar da forte legislação e das duras penas passíveis de serem aplicadas, continuava a trabalhar “impunemente o destruidor machado do hediondo carvoeiro, cerceando em hum dia, sem ordem nem escolha,

immensidade de arvores, e reduzindo a planicies espessos montados. Eis-aqui a deploravel situação de huma grandes parte das herdadas de Monte Mor o Novo.” (Fonseca, 1997). Também Léon de Poinsard (1910) salienta a destruição da floresta alentejana, durante séculos o reino dos **Pastores***, dos **Porqueiros*** e dos Carvoeiros, que viviam das bolotas e da lenha, em estado de verdadeira barbárie!